



Mudança de período, não período de mudança

Uma provocação do economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), trouxe para a manhã do segundo dia do Congresso o debate sobre a crise de representatividade dos movimentos sociais, sindical e dos partidos políticos. Márcio estava descrevendo as sociedades de trabalho imaterial, baseadas numa economia de serviços, e depois de chamar a atenção para uma mudança muito mais profunda no mundo do trabalho, “uma mudança de período, não período de mudança”, disse que apenas as igrejas pentecostais e o crime organizado entendem essa nova realidade no Brasil.

“São eles que estão dentro desse mundo aqui no Brasil, que estão reconhecendo que as instituições criadas na sociedade industrial - partidos políticos, sindicatos, associações de bairros - são expressões que foram muito importantes para uma sociedade que não existe mais”, explicou. Mais tarde, no debate com a plateia, ele seria indagado sobre a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de Guilherme Boulos como um exemplo positivo de representatividade também.

A mesa, com o tema “América Latina Resiste - O Mundo do Trabalho na Crise do Capital”, abriu espaço para as discussões dos instrumentos de resistência à superexploração e de luta pelos direitos no mundo do trabalho. “Temos quatro companheiros e companheiras nesta mesa e, cada um na sua atuação, são casos de sucesso da esquerda latino-americana, de resistência à opressão norte-americana”, explicou o advogado Maximiliano Garcez, presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais e coordenador da mesa, que começou com o também economista Paulo Nogueira Batista Junior. Ao apresentá-los, Maximiliano explicou que, assim como Márcio, Paulo desempenhou um papel fundamental quando a América Latina ainda conseguia resistir.



Maximiliano Garcez
Advogado, especialista em direito do trabalho e sindical, diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana dos Advogados Laboralistas. Foi consultor do Parlamento Nacional de Timor-Leste, pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento.



Paulo Nogueira Batista Jr
Economista, mestre em História Econômica pela London School of Economics and Political Science. Ex-diretor executivo do FMI na representação de nove países, e ex-vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.



Luisa Fernanda Gómez Duque
Advogada, especializada em direito do trabalho, mestre em filosofia e professora na Universidade de Caldas (Unicaldas). Presidente da Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas (Ala).



Jorge Luiz Souto Major
Desembargador, jurista e professor livre-docente da USP, coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital, da Faculdade de Direito da USP.



Marcio Pochmann
Economista, pesquisador e professor do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), na Unicamp.



“Um tempo, não muito distante, em que o Brasil encontrou uma forma diferente de se relacionar com o planeta, que passa pelo entendimento, pela paz, pela capacidade de conciliar”

Política externa inovadora - Um tempo, não muito distante, em que o Brasil encontrou uma forma diferente de se relacionar com o planeta e que deu uma “contribuição singular, diferente daquela que outros países podem dar, que passa pelo entendimento, pela paz, pela capacidade de conciliar”, segundo Paulo, que trabalhou por mais de dez anos como representante brasileiro no Fundo Monetário Internacional e na vice-presidência do BRICS.

Com uma política externa inovadora a partir de 2003, o Brasil iria criar um modelo de integração alternativo na América Latina, intermediário entre os extremos da subordinação completa aos interesses dos Estados Unidos, do que o México é o maior exemplo, e da impossibilidade total representada pelos bolivarianos. Paulo destaca a incongruência da “síndrome do degredado” dos governos anteriores ao de Lula, representada pelo medo do isolamento do país, e as dimensões gigantescas em termos populacionais, geográficos, PIB.

Uma fase em que a diplomacia brasileira manobrou, com sucesso, para que a Alca, a Área de Livre Comércio das Américas, fosse desativada, afrontando os interesses dos Estados Unidos na região. Tinha tanto prestígio internacional, que levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a tentar intermediar um acordo entre o Irã e o Iraque; um tempo em que foi possível criar um novo banco de desenvolvimento em parceria com a China, Rússia e Índia, o BRIC (agora BRICS, após entrada da África do Sul), abrindo um caminho de crescimento independentemente dos países centrais.

Tudo isso foi, conforme explica Paulo, atropelado pela grande onda neoliberal, em franco crescimento no mundo, de desregulamentação das economias periféricas e de destruição do estado de bem estar social, e internamente, pela crise política deflagrada com o impeachment de Dilma Rousseff e intensificada nas conturbadas eleições de 2018.

Uma tragédia, segundo a perspectiva do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Jorge Luiz Souto Maior, o terceiro convidado para esta discussão. Para Jorge, a evolução na aplicação concreta de direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição, “uma esperança de que houvesse uma inserção da classe trabalhadora na perspectiva de direitos na realidade brasileira” vivenciada no início deste século, gerou custos econômicos inaceitáveis pelos padrões da ideologia neoliberal. “O movimento que se verifica hoje não é outro senão a tentativa de retomar os antigos parâmetros de exploração”, diz.

Jorge, que começou sua carreira como juiz do trabalho na 3ª vara de Jundiaí, cidade a 40 km da capital de São Paulo, e ficou conhecido pela defesa intransigente dos direitos constitucionais, contou como foi a resistência aos ataques sofridos pela Constituição desde a sua gênese. “Logo na sequência mesmo, em 1989, sobretudo numa correlação internacional com a queda do muro de Berlim, a constituição é desdita, as suas normas não são aplicadas, há uma continuidade ainda mais perversa da nossa realidade no que se refere às relações de trabalho”, lembra.

Esse quadro foi parcialmente superado no início deste século, a partir da atuação dos profissionais do mundo do trabalho. “Vivenciamos, dos anos 2000 em diante, um período de efetivação de direitos. As instituições passam a funcionar mais diretamente; Ministério Público do Trabalho, as entidades que estudam as questões ligadas ao trabalho propriamente dito, economistas, médicos, sociólogos, juristas, advocacia trabalhista, um movimento muito intenso em todos os campos da sociedade, em todas as

áreas, permitido por uma visualização possível de uma democracia social, da aplicação ainda que restrita dos preceitos da constituição”, explica. Um cenário, assim como o criado pela política externa inovadora, destruído pela onda neoliberal. A Reforma Trabalhista, segundo o desembargador, é a expressão maior e mais trágica desse ataque. “Lida com a questão do tempo do trabalho muito diretamente, das possibilidades de aumentar o tempo de trabalho sem a remuneração”, analisa.

Assim como os avanços constitucionais, o projeto brasileiro de integração tentado nesse início do século 21 não deu certo, o que já era esperado pelo próprio Celso Amorim, ministro das relações exteriores na época. “Tinha plena consciência da dificuldade do processo. Me lembro do Samuel Pinheiro Guimarães, que era o secretário-executivo do Celso. Samuel costumava ir a palestras, debates. Ele olhava para a plateia e perguntava: - Qual é o país mais importante da América do Sul? Aí um se aventura - Brasil. Ele - não, Estados Unidos. Eles tinham plena consciência do poder dos americanos”, conta.

O projeto do Celso Amorim e do Samuel Pinheiro Guimarães, voltado para a América do Sul, não surtiu os efeitos esperados, segundo Paulo, em parte por causa deste movimento de retrocesso que aconteceu no Brasil, “com o golpe e com o governo tão fraco que nós tivemos nos últimos dois anos”, conclui. Uma “eliminação completa da lógica de nação”, diz Jorge.

Além de apontar o problema da representatividade nas sociedades de informação, Márcio fala também sobre a não tributação da riqueza conhecida e aponta a riqueza não disputada, desconhecida, gerada pelo trabalho portátil, que fazemos fora da jornada de trabalho, na rua, em casa, no transporte e que a contabilidade nacional não calcula.

Como o troco de um centavo dos preços terminados por 0,99 para os comerciantes, os poucos minutos roubados da jornada de cada trabalhador pelo processo apontado por Jorge irão somar grandes fortunas se consideradas as dimensões nacionais. Segundo o professor Márcio, é essa riqueza desconhecida que justifica que seis brasileiros possam ter riqueza igual à que resulta da soma da renda de 110 milhões de compatriotas. “Não é verdade que não há riqueza a ser distribuída; há uma riqueza sobre nova base, desconhecida, não questionada”, garante.

Porém, virá da companheira Luisa Fernanda Gomez Duque, a mais forte e poética imagem do resultado dessa tragédia, no entender de Jorge, dessa destruição, como diz Paulo, ou da nostalgia que nos aprisiona, conforme Márcio. Advogada colombiana e presidente da Associação Latinoamericana de Advogados Trabalhistas (Alal), Luisa, ativista de direitos humanos de grande coragem em um dos países que, segundo Maximiliano, mais tem sofrido por conta do imperialismo estadunidense, é a quarta convidada da mesa. Ela escolheu a literatura engajada para mostrar como a arte pode ser uma forma de resistência.

A partir do romance Nadie, do novelista Iván Cocherín, um autor seu conterrâneo inteiramente dedicado aos dramas dos mineiros de Marmato, município colombiano do noroeste do departamento de Caldas famoso pelas minas de ouro, ela fala sobre as condições de vida dos trabalhadores de seu país e sobre como resistem. “Eu vou falar a partir da literatura porque considero que a literatura é um modo de resistência. É um modo de resistência dos nossos povos. Essa obra também é um modo de resistência”, disse, antes de abrir aspas e emprestar sua voz aos personagens de Iván. (veja texto na pág 58).

“Seis brasileiros têm riqueza igual à soma da renda de 110 milhões de compatriotas”

Não podemos voltar ao passado



A provocação do professor Márcio Pochmann durante sua participação na terceira mesa do Congresso ao falar sobre o problema da representatividade nas sociedades de informação, deu o tom no debate que ocorreu logo após. Márcio disse, para uma plateia formada em sua maior parte por militantes nos mais variados âmbitos, que apenas o crime organizado e as igrejas neopentecostais teriam, até o momento, encontrado uma forma eficiente de representação. A primeira reação foi do coordenador da mesa, o advogado e presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais, Maximiliano Garcez, que pediu a indicação de caminhos a seguir. “Já vi palestras suas em que você trata exatamente sobre o que fazer, como o sindicalismo pode atuar nessa transformação toda”, lembrou. E a mais direta veio de uma profissional da saúde pública e do trabalhador, que se identificou apenas como Eliana. Ela perguntou se o MTST não estaria também demonstrando capacidade de representação e acesso a um segmento destas novas classes trabalhadoras, além das igrejas pentecostais e do crime organizado, citados por Pochmann.

O professor responde explicando como o novo sindicalismo, surgido com a industrialização e do qual estamos nos afastando rapidamente nas sociedades da informação, especializou sua atuação e representa apenas quem está no ambiente de trabalho. No mundo da sociedade urbano-industrial, fora do trabalho o trabalhador perde a identidade, ou assume outra, a de morador de determinado bairro, que tem a associação de bairro, ou a de estudante (associações estudantis), ou de cidadão, representado pelos partidos políticos. “Essa é, de forma simplificada, a realidade da sociedade urbano-industrial a que estamos dizendo adeus. Os problemas que os sindicatos têm hoje, de alguma forma, são similares aos problemas dos partidos políticos, das instituições que tentam representar o meio estudantil, moradores, associações de bairro”, diz, iniciando assim a sua resposta para Eliane.

Márcio explica que parte das dificuldades de mobilização dos sindicatos vem do fato das pessoas desconsiderarem a nova realidade do trabalho, que tem personalidade própria, “como se estivessem dirigindo olhando pelo retrovisor apenas”, comparou. Por exemplo: as sedes destas instituições, em geral, estão localizadas no centro da cidade e bem longe dos bairros de moradia da grande massa de trabalhadores. “Enquanto ele tem disponível a 50, 100 metros da sua casa, um espaço que é a igreja. Quando não, do crime. Um espaço que permite a ele inclusive a constituição de sociabilidade que não existe mais numa sociedade de serviço em que prepondera, cada vez mais, famílias monoparentais, conduzidas por um adulto e uma criança”, explica.

Ele cita ainda como mudança não considerada a substituição das classes de trabalhadores de grande porte, que tinham 40 mil pessoas submeti-



Robertso Panzotti/CUT

Paralisação dos trabalhadores da Ford.

das às mesmas condições, pelos trabalhadores de shoppings, pulverizados em milhares de unidades com os mais variados perfis. E a hierarquia fragilizada pela horizontalidade das relações de trabalho que ocorrem nessas unidades de serviço, em que o adversário não é mais o patrão, é o Estado, os impostos.

“Estamos num ambiente completamente diferente do que existia no passado. O que temos hoje é a presença constante de bolhas, porque eu me relaciono crescentemente através do Facebook”, continua. Nessas “comunidades homogêneas”, como define Márcio, não há espaço para o contraditório e são, portanto, polarizadas. “É uma outra perspectiva. Que tipo de instituição pode trabalhar isso? Onde haverá o espaço de reconstrução da sociabilidade, de dar identidade, numa sociedade onde todo mundo quer falar e poucos querem ouvir? Nas igrejas. E o crime está, cada vez mais, se apresentando como a organização de pessoas que se ajudam, instituições que cooperam entre si e toda a economia do crime que vem em decorrência”, afirma.

Ele vai continuar na questão da representatividade ao responder a pergunta seguinte, sobre a possibilidade do aumento do “peleguismo” ser uma das causas do enfraquecimento do movimento sindical e falar também sobre as vantagens e as mazelas do trabalho imaterial e dos impactos da quarta onda de automação. Houve ainda questões relativas à política externa e aos interesses militares dos Estados Unidos com relação à base de Alcântara, endereçadas a Paulo Nogueira Batista Júnior. Leia a seguir.

Eliasibe de Carvalho Simões (advogada trabalhista na Bahia) para Márcio - *Durante esses mais de 20 anos advogando para os aeroviários, observei que nos períodos do governo Lula houve muito peleguismo no movimento sindical. Então eu imagino que isso tem nos levado a essa falta de capacidade de interagir e de fazer com que a classe trabalhadora acredite nessa instituição.*

Márcio - A pergunta que se pode fazer é se esse padrão de organização sindical que está em crise se revela pelo peleguismo das direções. Se for o peleguismo é mais fácil, porque em algum momento os pelegos vão sair e vai vir uma nova onda de sindicalistas mais coerentes, mas me parece que não é esse o problema. Não é um problema de direção, é um problema estrutural da forma de organização. Tivemos, nos governos do PT, a abertura de 22 milhões de empregos formais, sem que houvesse aumento da taxa de sindicalização. Pesquisa que fizemos aqui em São Paulo com trabalhadores que conseguiram um emprego, dizia: de cada 10 trabalhadores, somente dois se filiaram ao sindicato. Entre os oito que não se filiaram, quatro disseram que não o fizeram porque “o sindicato é um bando de pelego”. Os outros quatro disseram: “Olha, o sindicato é uma coisa muito importante, mas não me filiei porque o sindicato nunca passou aqui no meu trabalho e não sei onde é que fica o sindicato”... Tivemos quatro, quase cinco milhões de vagas abertas no ensino superior. Obviamente o ensino superior tem alguns problemas no Brasil, e eu pergunto: fortaleceu o movimento estudantil? Dois milhões e meio de habitações populares abertas. Se não fossem os recursos públicos, não teria habitação popular. Onde está a luta dos moradores, das associações de bairro? Me parece que é uma questão mais ampla na representação, que representação a gente quer nessa nova sociedade de serviço? Não tem uma resposta.

Eliasibe de Carvalho Simões (advogada trabalhista na Bahia) para Márcio - *Gostaria que, se fosse possível, fizesse um paralelo entre o contrato de aprendizagem e o ingresso dos jovens nesse mercado de trabalho, se isso não seria uma alternativa viável para criar uma classe de trabalhadores qualificados.*

Márcio – Vou começar dizendo o seguinte: na sociedade de serviços, não tem mais juventude. É o fim da juventude tal como a conhecemos. Porque na sociedade agrária, pré-industrial, não havia juventude. Aos cinco ou seis anos de idade, as pessoas já estavam envolvidas na atividade laboral em geral, que só se encerrava quando morria, porque não tinha instituto de aposentadoria e pensão. Juventude é uma criação do capitalismo industrial, quando se compreendeu que juventude é um espaço de transição entre a adolescência e a vida adulta. É nesse espaço que se consolida, na verdade, a sociabilidade moderna. É a atividade, a curiosidade, é passar a noite procurando estrela, uma etapa fundamental de formação do caráter. Ocorre que com a presença de tecnologia de informação, uma criança de dois, três anos já está com o dedinho no celular, aficcionada pelo brinquedo. Isso significa que esta criança não terá mais sociabilidade coletiva. A sua articulação, o seu contato, suas relações serão cada vez mais virtuais. Se a gente estudar o que está acontecendo em sociedades mais avançadas tecnologicamente como é o caso do Japão, encontramos 50% dos jovens de 16 a 29 anos de idade que não tem mais relacionamento sexual. O sexo vem perdendo dramaticamente a importância. É uma mudança enorme do que nós entendemos como juventude.

Guilherme Zagallo - advogado do Maranhão, para o Márcio - *nessa transformação do mercado de trabalho atual, o professor Ricardo Antunes fala sobre a uberização. As consultorias só divergem em quantas centenas de milhões de postos de trabalho serão substituídos por ferramentas de tecnologia de inteligência artificial. No direito já estamos caminhando a passos largos para que julgamentos sejam feitos com uso de inteligência artificial. Isso não irá precarizar ainda mais as condições já difíceis do mercado de trabalho?*

Márcio - Sou francamente favorável ao salto tecnológico. Não podemos ficar defendendo o velho e o passado. A questão é o que fazer. Porque se essa eco-

Muro de Nogales

Ou “muro de desprezo”, são nomes dados ao que se considera um fenômeno inédito, que é a queda no número de prisões de imigrantes tentando atravessar a fronteira dos Estados Unidos com o México de forma ilegal, segundo reportagem do El País Internacional publicada em abril de 2017, provocado por “um muro de palavras, uma retórica furiosa contra os imigrantes como os Estados Unidos não escutavam há décadas” e profereida pelo governo Donald Trump. Esse discurso teria apavorado os imigrantes. No mês de novembro de 2016, foram presas 66.363 pessoas tentando cruzar a fronteira do México ilegalmente. No mês seguinte, em dezembro, foram 58.431. O número de prisões continuou caindo nos meses seguintes até março, mês anterior à palestra em que Mark Borkowski, diretor de compras da polícia de fronteira de San Antonio, no Texas e fonte da reportagem, apresentou esses números. “Em toda a história das estatísticas da Patrulha de Fronteira, desde os anos 50, é a primeira vez que isso ocorre. O número de prisões nunca havia diminuído entre janeiro e março”, disse o diretor. Seis meses depois, em outubro de 2017, Trump passaria do discurso à prática com sua política de tolerância zero. Em maio de 2018, mais de 2.300 crianças estavam separadas de seus pais e permaneciam sob custódia do governo americano. Sob fortes críticas, no seu país e também no exterior, em junho Trump assinou um decreto em que cede e permite às famílias de imigrantes, pegas sem documentos, permanecerem juntas por tempo indeterminado. No final do ano, em outubro, uma caravana com milhares de imigrantes dos países da América Central se dirigia à fronteira dos Estados Unidos.

nomia tecnologicamente avançada é mais produtiva, gera mais excedente econômico, menos pessoas produzirão para todos e muito mais, a questão a ser discutida não é o posto de trabalho, é como dividir o excedente gerado. Por que vamos defender o trabalho heterônomo, que é o trabalho que nós não gostamos e só fazemos porque precisamos para sobreviver? Por que defender esse trabalho, quando podemos defender o trabalho autônomo, em que fazemos aquilo que gostamos, mas precisa ser financiado? Isso significa outra concepção da sociedade. O jogo que está sendo discutido é o seguinte: o que fazer com o excedente gerado, com a produtividade gerada. Por que se não entendermos isso, a disputa que vamos fazer é sobre como manter o emprego. Terá que pagar a formação; vamos reduzir o custo de contratação, então terá que pagar a previdência também. Essa não é a saída. Temos uma nova possibilidade, que é inverter a equação. Não é fácil mudar, mas precisamos, na verdade, compreender que estamos não no período de mudança, mas em uma mudança de período.

Maximiliano para Paulo - *Quero indagar sobre o papel que o movimento sindical pode ter nos organismos internacionais dos quais você fez parte; e sobre o que o movimento sindical poderia fazer para ter influência maior nos altos escalões do capitalismo internacional.*

Paulo - Participei de duas organizações internacionais que são intergovernamentais, em que os membros são os governos dos países presentes nessas organizações. No Fundo Monetário, são quase 190 países membros, representados na organização geralmente pelo Ministério da Fazenda, pelo Banco Central. E no banco do BRICS, o banco em Xangai, o que temos é um banco de cinco países com representantes na organização. Então a presença do movimento social e sindical nessas duas organizações é muito pequena. Na chamada globalização existem muitas assimetrias e uma delas é que os mercados de trabalho são talvez, os menos globalizados. O grau de integração efetiva é muito menor do que o mercado de capital financeiro, de empresas industriais, principalmente capital financeiro. Uma das razões é que os países desenvolvidos, líderes da globalização tanto no plano teórico quanto no plano prático, nunca quiseram realmente a globalização de seus mercados de trabalho. O que está acontecendo agora na Europa e nos Estados Unidos com a rejeição crescente dos imigrantes é bastante antigo. Trump fala muito que quer construir um muro na fronteira com o México, na verdade esse muro já existe há muito tempo. É conhecido às vezes, como um *Muro de Nogales*. O que ele quer na realidade é ampliar e reforçar um muro que já existe.

Eliana (saúde pública, em saúde do trabalhador) para Paulo - *Queria que falasse um pouco sobre qual foi o impacto dessa saída do Brasil, dos projetos que estavam já pensados pelo BRICS.*

Paulo - O Brasil nunca saiu dos BRICS. Tenho a impressão de que o processo BRICS é tão importante, pela ligação que proporciona ao Brasil, com a África do Sul, com a Índia, com a Rússia e com a China particularmente, que nenhum governo por mais desorientado que seja, e olha que este é bastante, pensa que pode se dar o luxo de abandonar essa posição. O governo Temer não fez isso. Na realidade acho que o governo Temer nunca teve noção de por que o Brasil está nos BRICS. Para se ter uma ideia, o representante do governo Temer no banco, um funcionário do Ministério da Fazenda que eu conhecia de Washington porque ele tinha sido funcionário do FMI, em uma reunião formal da diretoria disse: - Olha, eu quero dizer que, se este banco tivesse sido proposto com o atual governo, nós não teríamos feito esse banco. (risos), mas agora que está aí, vamos trabalhar. Na micro realidade que eu estava vivendo, é uma coisa lastimável. O Brasil, que era o motor do

BRICS, passou a ser um fator até de enfraquecimento. O Brasil está vivendo uma crise política, a África do Sul também, então no período recente, os dois países não contribuíram para o fortalecimento do BRICS, ao contrário. O que compensou isso entre outras coisas, foi que a China faz, cada vez mais, papel de motor do banco. E a outra coisa que ajudou, pelo lado um pouco folclórico, foi a grande dificuldade que os nossos irmãos do Norte estão passando com a eleição inacreditável do Trump.

Suélio (professor) para Márcio - *O senhor falou que a gente tem que avançar tributando a elite, os brasileiros ricos. Como que a gente vai tributá-los?*

Márcio - Tecnicamente está cheio de experiência internacional, nós até já tributamos mais os ricos. Não é uma questão técnica, é uma questão política. Nas sete últimas eleições presidenciais, o foco sempre foi o presidente da república ou a presidenta, o que é justificável. Todavia aprendemos que estamos diante de um presidencialismo parlamentar. Sem base parlamentar, o presidente não vai andar. Isso ficou muito claro na eleição da presidenta Dilma. Ganhou a eleição com 51,6% dos votos, mas não tinha 20% de apoio parlamentar. O parlamento hoje não é organizado por partidos, é organizado por frentes parlamentares ou bancadas; bancada da Bala, da Bíblia, não sei o que mais. Teremos, nesta eleição (2018) segundo registro do Tribunal Eleitoral, 28 mil candidatos a deputado federal - 10%, a maior bancada de candidatos -, é de empresários que vão se auto-financiar. Em 2014, por exemplo, 40 mil proprietários rurais que dominam 50% da terra agricultável do país, elegeram uma bancada de 220 deputados federais.

Um segmento da economia importante na sua representação, mas um setor da economia que responde por 16% da população tem quase 50% dos deputados. Os 86% da população que mora na cidade elegeu a maior bancada de ruralistas? O país, em que os empresários representam 2,9% dos eleitores, elegeu, em 2014, 42% dos deputados federais que são empresários. Essa questão sobre como tributar os ricos passa pelo parlamento e se você não tem bancada, não vai passar. Enquanto se discutia a elevação da remuneração do poder judiciário, semanas atrás, o segmento do agronegócio aprovou o perdão de dívida de R\$ 17 milhões, que é muito mais do que custaria o reajuste do poder judiciário. E nada saiu na imprensa.

Suélio (professor) para Paulo - *Os Estados Unidos continuam tentando fazer essa integração com o Brasil na área militar, e econômica, nas outras áreas. Na militar, querem instalar uma base aeroespacial na nossa base de Alcântara, no Maranhão, e parece que estão bem avançados os contratos. Gostaria de ouvir a opinião do senhor nesse sentido. O último foguete que a gente tentou, explodiu, morreram trinta e poucos engenheiros, infelizmente. Praticamente todo o nosso conhecimento aeroespacial a gente perdeu.*

Paulo - Não tenho condições de dizer que sei detalhes, longe disso, mas eu quero só dizer: nós brasileiros somos muito mal acostumados. Há mais de cem anos, desde a guerra do Paraguai, o Brasil não enfrenta um conflito militar que adentra o território nacional. Não sabemos, realmente, desde aquela época, o que é uma guerra. E mesmo aquela guerra, de três países contra um pequeno, não exigiu tanto sacrifício, tanto heroísmo assim do brasileiro médio da época. Enquanto isso, tem os outros países que passaram coisas terríveis. A Rússia, China e Índia, Europa de modo geral. O Brasil se acostumou inconscientemente, a achar que para nós a defesa militar não é prioridade. Temos, há muito tempo, um país desarmado e esse país desarmado é um dos maiores países do mundo, detentor de valores, de recursos naturais valiosíssimos e que serão cada vez mais valiosos, esse país se oferece vulnerável.



Paulo Nogueira Batista Jr

“O Etchegoyen, ministro do Temer, chefe do Gabinete de Segurança, disse que o Brasil precisa constituir um poder dissuasório. Não se enganem, o mundo é muito perigoso; paz é retórica”